

DESLOCADOS, TRANSFORMADOS E (DES) CONECTADOS: DESAFIOS PARA A COMUNICAÇÃO NA COLÔNIA AGRÍCOLA DO BACURI, EM BARCARENA (PA)

Evandro Santos¹

Rosa Elizabeth Acevedo Marin²

RESUMO

O deslocamento forçado de famílias ribeirinhas da Vila do Conde para a Colônia Agrícola do Bacuri, no município de Barcarena (PA), há quase 40 anos, ainda releva aspectos danosos na vida dos assentados, como a indiferença do poder público e o isolamento do grupo que vive desprovido das novas tecnologias da informação. Esse estudo tem o objetivo de verificar se é possível diminuir a desigualdade e a exclusão social, por meio de recursos da comunicação. A metodologia consiste na realização de entrevistas que se tornarão produtos comunicacionais. Em reunião com os comunitários, os moradores refletiram e discutiram seus problemas, e a partir deles foram produzidos dois informativos impressos e um audiovisual co-produzido por jovens da colônia. O resultado demonstrará que a divulgação científica do levantamento feito entre os colonos pode ser o caminho para mudanças.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Deslocamento forçado. Comunicação. Divulgação científica.

ABSTRACT

The forced displacement of riverside families from the Conde Village to the Bacuri Agricultural Colony in the municipality of Barcarena (PA), almost 40 years ago, still highlights harmful aspects in the lives of the settlers, such as the indifference of the government power and the isolation of the group, which lives without new information technologies. This study aims to verify if it is possible to reduce inequality and social exclusion through communication resources. The methodology consists of conducting interviews that will become communicational products. The result will demonstrate that the scientific divulgation of the assessment done with the colonists about their reality may be the way to change.

Keywords: Development. Forced displacement. Communication. Scientific divulgation.

¹ Pós-graduando do curso de Comunicação Científica na Amazônia pelo FIPAM/NAEA/UFPA e jornalista pela FACOM/UFPA. Email: evandro.escreve@gmail.com

² Professora vinculada à UFPA. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

1 - INTRODUÇÃO

A partir do final dos anos de 1970, os habitantes de Barcarena, município do Pará pertencente à mesorregião do Baixo-Tocantins e integrado à microrregião metropolitana de Belém, começaram a perceber mudanças impactantes em seu território, com a chegada do projeto Albrás/Alunorte, um complexo industrial-portuário-urbanístico, instalado na localidade de Vila do Conde, que atingiu diretamente comunidades tradicionais e forçou o deslocamento de dezenas de famílias, a medida em que era oferecida uma nova infraestrutura em área agrícola aos remanejados.

Com a instalação do empreendimento, moradores de sítios de localidades como Ponta Grossa (onde hoje fica a área da Albrás/Alunorte) foram desapropriados de seus terrenos. Entre os anos de 1979 e 1985, 513 famílias de 16 áreas sofreram a ação expropriatória (TOURINHO, 1991). O destino da maioria das famílias foi a sede do município de Barcarena e as comunidades da Colônia Agrícola do Bacuri e Vila Nova; essas últimas criadas especialmente para assentar os moradores do Conde. À Colônia Agrícola do Bacuri ou CDI, como também é chamada, foram deslocadas 82 famílias inicialmente, incluindo moradores de Ponta Grossa e Cabeceira Grande. O relato de quem ainda vive na CDI indica que a infraestrutura prometida quase 40 anos atrás não foi concluída. Os mais velhos contam que houve muitas dificuldades para que as famílias conseguissem o básico como água potável, energia elétrica e transporte.

Na esteira desse processo excludente, legitimado pelo Estado em favor de grandes empresas, provoca-se a desestruturação de alternativas de viver (MAIA, 2015), aplicam-se métodos autoritários e violentos para retirar famílias tradicionais de suas terras e dar a elas outros rumos. Não se considera o direito à liberdade de expressão, pois a instalação do projeto foi um ato imposto pelo governo federal, como parte de um programa de desenvolvimento para inserir a Amazônia no capitalismo internacional. Não houve respeito a quem muito antes já habitava o território e foi expropriado da área para dar lugar a um polo industrial. Coube aos moradores do Conde aceitar as regras do jogo sem contestar.

A política de comunicação do empreendimento não deu espaço nem levou em consideração a manifestação das famílias que seriam diretamente atingidas, ainda porque o governo militar do Brasil na época era o grande incentivador do “progresso” na região Norte e não permitia o contraditório. Assim, diante de um modelo autoritário do aparelho institucional verificado na implantação do projeto Albras/Alunorte, em Barcarena, justifica-se um estudo

sobre as formas de comunicação capazes de diminuir a desigualdade e a exclusão social, a partir de experiências que podem ser implementadas entre os colonos da CDI, visto que a comunicação é um direito de cada um, e ela é condição essencial para a democracia. É o símbolo da libertação em relação ao silêncio da dominação (WOLTON, 2006). Comunicar, enfim, é sempre desejar compreender o mundo.

Nesse sentido, diante do avanço das tecnologias que garantiram o crescimento econômico em larga escala dos projetos implantados em Barcarena em detrimento social às famílias tradicionais que foram deslocadas e, posteriormente, ficaram desassistidas e privadas de direitos básicos, é importante questionar se as novas formas de comunicação e informação hoje seriam capazes de diminuir a desigualdade social e retirar os colonos da CDI do abandono a que foram submetidos, mediante interação e conexão com as ferramentas modernas como internet e redes sociais, através dos quais veiculariam seus pontos de vista, reivindicações e projetos. Objetivamente, é possível diminuir a brecha entre info-pobres e info-ricos na região, democratizando o uso das novas tecnologias de informação e comunicação? Ou as novas tecnologias só servirão para aumentar a pobreza, a desigualdade e a exclusão social?

O objetivo geral desse estudo, portanto, é mostrar que uma comunicação democrática pode ajudar no desenvolvimento social das famílias ribeirinhas que foram deslocadas de comunidades de Vila do Conde, onde se instalou o projeto Albrás/Alunorte, para a área da colônia CDI, em Barcarena, no Pará. Especificamente, o estudo quer: 1) identificar os principais problemas que são empecilhos para o desenvolvimento socioeconômico dos moradores da colônia CDI; 2) analisar a organização social do grupo e as formas de comunicação capazes de favorecer o desenvolvimento da comunidade; e 3) levantar informações sobre novos projetos para o desenvolvimento da área da CDI e as ações que podem melhorar a qualidade de vida das famílias.

Uma série de entrevistas foi realizada na colônia CDI como metodologia para a investigação social. Nesse primeiro momento, a comunidade mobilizada participou de duas reuniões para discutir a realidade dos moradores, a partir da apresentação do documentário ‘Barcarena, cidade contaminada’, exibido pela TV Brasil em maio de 2018, dentro do programa Caminhos da Reportagem. O vídeo motivou o grupo de moradores a refletir sobre os reflexos da contaminação causada por empresas poluidoras, no caso a Hydro/Alunorte, em comunidades do município. Suscitou uma discussão acerca do último vazamento de rejeitos de bauxita, negado pela Hydro, que atingiu diretamente as comunidades Bom Futuro, Vila Nova e Burajuba e trouxe à tona os vários danos decorrentes dos históricos acidentes ocorridos na região, desde

que o projeto Albras/Alunorte foi implantado nos anos de 1980. Após ouvir a opinião dos moradores nas reuniões, dois informativos impressos foram produzidos e divulgados na comunidade, contendo o resultado dos encontros.

Em um segundo momento, alguns moradores foram entrevistados com câmeras de vídeo de celular e gravadores. O material foi usado na co-produção de um documentário sobre a CDI, que, posteriormente, teve repercussão entre os moradores. Os produtos de comunicação nascidos da experiência deverão ser encaminhados para autoridades do município. Nesse artigo, analisaremos aspectos socioeconômicos de Barcarena e a reconfiguração de seu território após a implantação de grandes projetos; a forma organizacional das famílias deslocadas para a colônia agrícola CDI e, com maior acuidade, os possíveis efeitos da comunicação em área desprovida das novas tecnologias da informação.

2 – PROCESSO DE MUDANÇAS NAS COMUNIDADES DE BARCARENA

Nos últimos 30 anos, os estudos acadêmicos sobre a ocupação da Amazônia focaram no tema do desenvolvimento e seus diferentes desdobramentos, conceitos e práticas para compreender as contradições de um modelo de crescimento econômico que, iniciado em meados do século XX, evoluiu sem considerar a diversidade da região. De acordo com TOURINHO (1991):

A Amazônia passou a ser encarada como fronteira econômica para a expansão da acumulação, provedora de recursos primários à indústria nacional, “locus” privilegiado à implantação de grandes obras infraestruturais e receptáculo de fluxos migratórios de outras regiões (COSTA, 1987). As bases da inserção da Amazônia na economia nacional foram lançadas com a abertura da rodovia Belém-Brasília – iniciada em 1956 e concluída em 1960 – seguida de um conjunto de medidas que ficou conhecida pela denominação de Operação Amazônia.

O projeto Albras/Alunorte foi instalado em Barcarena (PA) por determinação do governo federal, como parte de sucessivos planos de desenvolvimento regional, tendo repercussão em campanhas oficiais de publicidade, cujo objetivo era integrar a Amazônia ao restante do país. Tais planos e programas representaram verdadeiras estratégias das políticas desenvolvimentistas e suas relações com as dinâmicas socioterritoriais, para promover a integração e a expansão da fronteira, por meio de megaprojetos de infraestrutura. As estratégias governamentais e empresariais voltadas para a Amazônia revelam o aumento do interesse pela exploração dos recursos naturais da região para além de suas fronteiras políticas (CASTRO, 2012). A professora Edna Castro explica que essa exploração gera conflitos com grupos tradicionais porque desconsidera o conceito de território (2012, pp. 45-62):

O rompimento com as raízes, com as heranças culturais e com as territorialidades passa a constituir um desafio para empresas, corporações e mesmo para o Estado, em suas políticas que favorecem o mercado, contrariando interesses locais que funcionam com base em outra concepção de tempo e espaço, ancorada no mundo da vida, na cultura, e, portanto, não mediatizada pelo mercado. A noção de território adotada pelas políticas governamentais contraria a noção de território e territorialidade nos grupos que vivem na Amazônia, regidos por outra ordem de tempo e espaço.

O espaço é elemento fundamental à vida social porque reproduz sua totalidade. Para SANTOS (2008, p. 34), a história não se escreve fora dele. “Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre o homem, nenhuma está tão presente no cotidiano dos indivíduos”. Nesse sentido, entendemos que, por meio do espaço, é possível construir e reconstruir relações, portanto, é possível também fazer comunicação.

Mas o desafio de comunicar torna-se gigantesco quando se percebe forças aniquiladoras para inibir ou calar a voz de quem se sente prejudicado com os empreendimentos instalados na região. Situação como essa se verificou em Barcarena quando da implantação da Albras e, posteriormente, da Alunorte. Alguns autores afirmam que foi uma ação autoritária e violenta, que menosprezou a população existente em áreas tradicionalmente ocupadas, classificando-as como insignificantes e merecedoras de esquecimento. “*Segundo técnico da CDI-PA, essas terras foram desapropriadas sem nenhum planejamento prévio, ‘praticamente se chegou na área, pagou-se as indenizações, mandando as famílias irem para onde quisessem’*” (TOURINHO 1991, p. 45). O grande projeto criado para produzir alumina e alumínio primário nasceu mediante várias negociações e acordos entre o governo brasileiro e empresários japoneses e não podia ser impedido.

Com isso, Barcarena teve seu território reconfigurado. Após estudos para verificar o melhor ponto de instalação da empresa, o governo resolveu desapropriar áreas e indenizar as famílias que teriam de sair de comunidades tradicionalmente ocupadas, onde se vivia das atividades extrativistas. Aos expropriados foi destinada pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará (CDI) uma área para que os novos habitantes remanejados praticassem a agricultura no lugar do extrativismo.

A mudança, naturalmente, causou resistências. Alguns questionaram o valor das indenizações e se recusaram a deixar suas comunidades facilmente. Quem não aceitou morar na colônia agrícola do Bacuri fixou moradia na cidade de Barcarena, mais precisamente no Bairro Novo, que surgiu por conta do deslocamento forçado de Vila do Conde. Aos que aceitaram a proposta de morar na colônia, foi dada a garantia de casa e ferramentas para a

execução de projetos agrícolas. O pescador que antes tinha o anzol e a rede como instrumento de trabalho passaria a ter a enxada como acessório fundamental. Ao longo desse processo de dominação que também incide forte e negativamente no meio ambiente, as organizações sociais exercem um papel importante, como explica Rosa Acevedo Marin (2015, p. 140):

Na região Amazônica, nas quatro últimas décadas, agiganta-se, de um lado, a dominação empresarial, em parceria e submissão do Estado, coincidindo os projetos com altas taxas de lucratividade e rentabilidade. De outro, os agentes sociais e organizações políticas definem outros objetivos e perspectivas, propõem e buscam participar ativamente no controle e na preservação ambiental, inseridos ou não, em movimentos socioambientais, com definição de interesses e estratégias diversas de enfrentamento da devastação ambiental e o crime ambiental dificilmente reconhecido e penalizado.

O histórico de acidentes ambientais em Barcarena, a partir do crescimento do polo industrial no município, mobilizou pesquisadores, ativistas e lideranças comunitárias. Em 2016, o movimento Barcarena Livre, que surgiu de uma articulação entre moradores de comunidades tradicionais, organizações de trabalhadores e pesquisadores, publicou um informe para denunciar os vários desastres ocorridos ao longo de quase quatro décadas de exploração do capital internacional na região, por meio das empresas poluidoras. A publicação Barcarena Livre Informa 1 – 37 anos de desastres socioambientais em Barcarena, trouxe também uma análise socioeconômica da realidade e discorreu sobre os impactos dos grandes projetos no território:

A atuação das empresas multinacionais tem provocado desastres de várias ordens no ecossistema e na vida social: devastação, poluição e derramamentos (de lama vermelha, caulim, substâncias químicas oriundas dos processos de industrialização, agrotóxicos, soja minério, etc). Os principais atingidos são as famílias de ribeirinhos e comunidades tradicionais que mantêm uma relação direta com o meio ambiente e, por conseguinte, têm sofrido com a poluição e contaminação dos rios, a desertificação e infertilidade dos solos, a descaracterização da vegetação, a poluição do ar, dentre outros (Barcarena Livre Informa 1, p. 4).

O último desastre ambiental em Barcarena foi registrado entre os dias 17 e 18 de fevereiro de 2018, após forte chuva na região. O vazamento de rejeitos de bauxita da refinaria Hydro/Alunorte atingiu rios e igarapés das comunidades Bom Futuro, Vila Nova e Burajuba. A Hydro negou o vazamento, mas a contaminação foi confirmada pelo Instituto Evandro Chagas, que testou a água coletada após o desastre. O fato teve ampla repercussão no noticiário nacional, foi divulgado pela imprensa internacional, e provocou diversas reações na população de Barcarena.

Em reunião na colônia CDI com um grupo de moradores ouvidos nesta pesquisa pairou a dúvida sobre a qualidade da água dos igarapés usada pelas famílias na comunidade, uma vez

que, segundo o presidente da Associação dos Moradores da Colônia Agrícola do Bacuri, Oraci Malcher, nunca nenhum órgão oficial examinou a água consumida na colônia. A desconfiança acerca da peculiaridade dos recursos hídricos veio à tona depois que foi exibido o vídeo ‘Barcarena, cidade contaminada’, produzido pela TV Brasil e exibido no canal em maio de 2018:

Fico até aéreo, assim, porque uma contaminação de água já sabe que pegou em oito rios aqui da região. Então, está no subsolo aí, a gente não sabe se a nossa água não é tratada, não tem um tratamento de água, específico pra nós para saber se a nossa água está contaminada ou não, não tem uma empresa pra vim fazer diretamente isso aqui, pra mostrar pra população se a água está contaminada ou não. A gente pega uma água ali, tá limpinha, para gente tá bom, a gente não sabe, a olho nu não dá de ver. Aqui tem muitos igarapés e muito poço boca aberta, né, aí a gente não sabe disso. Tem muitas pessoas que trabalham com horta aqui dentro da comunidade, com tucupi, com tapioca, negócio pra levar pra feira, farinha, aí o consumo, só pega assim diretamente na água como nas verduras, nas frutas...aí a gente não sabe disso porque não teve ainda um estudo aqui dentro da comunidade pra mostrar isso pra gente (Barcarena, julho de 2018).

O relato de Oraci demonstra a relação que as famílias obrigadas ao deslocamento forçado têm com a terra e os rios. Esses elementos são essenciais para a garantia de vida porque é no território que as pessoas encontram sentido para produzir alimentos e até desenvolver saberes locais. As famílias dessas comunidades têm uma tecnologia própria, ainda que simples, e tentam, com muita dificuldade, uma inserção nos processos tecnológicos mais modernos. Aqui cabe ressaltar que *“os deslocamentos e as perdas de terras produtivas e águas destroem aquelas relações socialmente construídas, impondo novas formas de organização coletiva à comunidade diante dos processos de disputa de interesse em curso”* (Barcarena Livre Informa 1, p 10).

Elizangela Coelho, outra moradora de CDI, reforça a preocupação manifestada pelo presidente da associação dos moradores de que a contaminação pode ter atingido a colônia, mesmo que a área fique distante do polo industrial de Barcarena:

Têm algumas situações aqui dentro da comunidade acontecendo que são essas bolhas que estão aparecendo no corpo das crianças, adultos também, e eu não descarto essa possibilidade de ser também da alumina, né? Porque eu já trabalhei ali dentro do porto também e aquelas correntes, quando o vento vem, ela vem trazendo o que escapa das correias, vem trazendo tudo. É como neve que cai. Isso se espalha. São muitas pessoas que trabalham lá e que já trabalharam. Essa situação foi discutida e eles (da empresa) ficaram de entrar em contato conosco...até falei dessa questão que o Oraci tá falando aí, de eles virem fazer um teste com as pessoas daqui também da comunidade pra gente realmente ter essa resposta porque há uma incógnita: eu tô sendo contaminada ou não tô sendo contaminada diretamente, né? (Barcarena, julho de 2018)

Como saber se há risco de contaminação, se os moradores se sentem abandonados pelo poder público e desconfiam da informação divulgada pelas empresas? Na segunda reunião com as famílias para assistir ao documentário da TV Brasil, desta vez na casa do Sr. Oraci Malcher, os participantes refletiram sobre o descaso das autoridades, que negligenciam os grupos remanejados do Conde, como manifestou dona Edna Santana, professora aposentada:

Eu sou meio revoltada com essas coisas. Não aceito as coisas assim como esse professor estava falando aí (no vídeo). Ou seja, eles estão preocupados com o rendimento da fábrica, eles não estão preocupados conosco, por quem tá morando aqui, quem tá tomando aquela água contaminada, quem tá caindo os cabelos, que já atestou isso, né? Pessoas com pele feia e cabelo caindo, quer dizer, pra eles isso tanto faz, né? Como o próprio professor tava falando. Que vai atingir Belém, vai atingir não sei o que, vai... e o meio ambiente, meu Deus, e nós que somos seres humanos? Quer dizer, eles não estão nem aí conosco, né? Quer dizer, eles só querem lucro, né? É por isso que a nossa CDI não existe. Não existe no mapa. Eles não estão nem aí conosco: se nós temos saneamento básico, se nós temos água potável, se nós temos segurança, enfim, nada. E se a gente continuar calado pra eles é melhor ainda. Se a gente não buscar se expressar, se comunicar, dizer aonde dói, não ter medo de gritar, de reclamar, de pedir os seus direitos... a gente vai cada vez mais pro buraco... porque a gente percebeu aí que eles não tão, os grandão não tão preocupados nem um pouquinho conosco. Olha aí a água. A Hydro teve a cara de pau de levar água contaminada ainda pro povo tomar, aquelas garrafas imensas de água, mas que foram ver tava poluída. Então, quer dizer, eles não estão, nunca, nem um pouco, desde o início desse projeto conosco. Prova é que essa colônia aqui é dos assentados que vieram de lá. Expulsos de suas terras, e hoje estamos aí, a mercês do nada. Então essas coisas que eu vi aí me revoltou muito com pessoas da própria Barcarena puxar o saco. Tá tomando a água contaminada e tá querendo levantar a empresa, que é milionária, trilionária, sei lá, que é de outro país? (Barcarena, agosto de 2018)

O comentário da professora Edna ilustra bem a realidade dos moradores da CDI no tocante ao esquecimento e à invisibilidade a que foram submetidos. Depois de quase quarenta anos de assentamento imposto pelo governo, poucas melhorias foram percebidas na área. A comunidade não tem infraestrutura, transporte público regular (com exceção do ônibus escolar para os estudantes), energia elétrica suficiente nem atendimento médico. O único posto de saúde da colônia foi fechado pela prefeitura, que inaugurou uma Unidade Básica na comunidade Santa Maria, um pouco distante para quem não tem transporte em casa. São situações que deixam os colonos em condições de exclusão.

No entendimento de alguns moradores mais velhos, como Elany Silva, os governantes deveriam tomar providências sobre as questões que prejudicam seja a natureza, seja a vida das pessoas. “Não é só Vila do Conde que tá sendo afetada, é toda Barcarena, né?” Outros acham que a comunidade tinha que ter representantes mais atuantes nos debates e na busca por melhorias para a colônia junto às autoridades locais, como manifestou o Sr. Livramento, indignado com o passado da colônia.

O que aconteceu é falta de administração, eu tenho isso comigo. Porque se nós tivesse um bom presidente nessa época, nós tinha ido pra frente. Teve presidente, mas só pra desviar o que tinha. Nós não podia passar na frente do presidente, porque era o presidente, tinha autoridade de mandar e desmandar. E aí foi o caso que aconteceu, foram desviando, desviando... o que vinha, às vezes, não chegava nas nossas mãos, se chegava era uma besteira, tudo pela metade e quem levava o prejuízo fomos nós. Só não tá mais ruim aqui porque nós trabalha. Todo pessoal aqui dá seu jeito, vai pela feira, faz alguma horta pra sobreviver. Todo mundo só trabalha aqui assim por conta própria. Porque ninguém dá assistência aqui. (Barcarena, agosto de 2018)

O Sr. Livramento chama a atenção para algo muito presente na fala dos habitantes da comunidade: a falta de maior unidade entre os colonos. A desunião na busca por soluções é um dos empecilhos do fortalecimento das famílias. Nesse sentido, a comunicação também faz falta. Não se percebem atitudes ou ações que favoreçam um processo comunicativo com vistas a tirar os colonos da reclusão e do isolamento. Como diria Dominique WOLTON (2005), é preciso salvar a comunicação, preservando sua dimensão humanística. Afinal, o essencial da comunicação não está do lado das técnicas, dos usos dos meios ou dos mercados e seus modernos instrumentos tecnológicos, que muitas vezes estão a serviço de grandes corporações empresariais. Para fazer uma boa comunicação basta ter gente.

Quadro 1 - Comunidades de origem e destino das famílias desapropriadas em Barcarena entre os anos de 1979 e 1985

Locais de origem	Famílias	Destinos	Famílias
Tauá	73	Laranjal	65
Cabeceira Grande	60	Vila Nova	74
Murucupi	56	Bacuri	80
Ponta Grossa	52	Barcarena-Sede	123
Conde	39	Vila do Conde	65
Paramajó	28	Belém	27
Bacuri	27	Outros	60
Burajuba	26	Não identificados	19
Santo Antônio	25		
Patrimônio São Francisco	26		
São José	22		
Guajará	19		
V. São Francisco	18		
São Joaquim	17		

São Lourenço	7		
Itupanema	2		
Não identificados	19		
Total	513	Total	513

Fonte: Moura e Maia (1990); Tourinho (1991, p 51-52)

O quadro acima mostra o número de famílias que, em um período de seis anos, tiveram de deixar seus terrenos em Vila do Conde e arredores para dar lugar ao projeto Albras/Alunorte. Alguns grupos não se acostumaram às mudanças e voltaram para ocupar novas áreas próximas aos locais de origem. Em certos casos, as desapropriações representaram a negação de direitos, uma vez que o Brasil ratificou a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de junho de 1989, que reconhece a propriedade de terras para grupos que se auto-identificam como quilombolas, negros, indígenas e outros povos tradicionais.

Para ALMEIDA (2004), são consideradas terras tradicionalmente ocupadas aquelas áreas de uso comum voltadas para o extrativismo, para a pequena agricultura e para o pastoreio (ALMEIDA, 2004). Pescadores e ribeirinhos se inserem nesse movimento em busca de reconhecimento. O artigo 14 da Convenção diz que “dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam”. Já o artigo 16 da 169 aduz que: “sempre que for possível, esses povos deverão ter o direito de voltar a suas terras tradicionais assim que deixaram de existir as causas que motivaram seu traslado e reassentamento.”

3 – MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA COLÔNIA CDI

Para Bueno (2010), a comunicação deve contribuir na inclusão dos cidadãos no debate de temas especializados e que podem impactar na sua vida social. No caso da colônia CDI, essa comunicação pode mobilizar as pessoas e conhecer a realidade e propor transformações. Wolton diz que a comunicação está presente em tudo, é condição para a democracia e símbolo de liberdade:

Atravessa todas as atividades: lazer, trabalho, educação, política; concerne a todos os meios sociais, a todas as classes sociais, a todas as idades e todos os continentes, tanto aos ricos quanto aos pobres. É ao mesmo tempo símbolo de liberdade, de democracia, de abertura, de emancipação e de consumo, enfim, de modernidade. Hoje todo mundo quer comunicar e ter acesso às ferramentas mais performáticas, todo mundo quer experimentar essa busca do outro que a comunicação significa em primeiro plano (WOLTON, 2006, p. 13).

Os moradores da colônia CDI interagiram com a pesquisa e colaboraram com a metodologia do trabalho de campo. Um grupo de jovens se prontificou a produzir um vídeo sobre a vida da comunidade, colhendo informações a respeito da história do deslocamento da Vila do Conde para o assentamento, mostrando as dificuldades atuais e dando voz às queixas das famílias remanejadas. Tal produção significaria um ato político, afinal, ACSERALD (2017), citando Jacques Rancière, afirmou que *“política é um exercício da palavra e da ação transformadoras, com vistas à construção de um mundo comum pela superação da desigualdade”*. O trabalho de co-produção foi realizado em três etapas básicas. O primeiro passo foi reunir os voluntários para uma conversa sobre o direito à comunicação, à liberdade de expressão e uso das novas tecnologias da informação. Sete pessoas participaram do encontro no dia 22 de agosto de 2018, na casa da estudante Brenda Azevedo. Na ocasião, foi apresentado aos participantes o primeiro exemplar do informativo impresso VOZ DA COLÔNIA, contendo explicações sobre a pesquisa em andamento e a fala dos moradores ouvidos na primeira reunião comunitária, ocorrida um mês antes, na sede improvisada da Associação dos Moradores da Colônia CDI. Os jovens manifestaram boa impressão ao ver no informativo as fotos dos moradores e suas opiniões acerca da situação do assentamento.

A primeira reunião oficial com um grupo de moradores da colônia do Bacuri para falar sobre a realidade social e seus atuais problemas ocorreu no dia 16 de julho de 2018, na antigo posto de saúde da comunidade, que foi fechado pela prefeitura por questões administrativas, e que agora foi cedido para funcionar provisoriamente a sede da Associação dos Moradores da colônia. Parte da reunião foi gravada para registrar as falas dos moradores, depois da exibição do documentário ‘Barcarena, cidade contaminada’, produzido pela TV Brasil e exibido no canal em maio de 2018.

Ao menos em dois momentos os moradores da colônia CDI foram convidados a participar da reunião sobre a pesquisa de campo, que incluía a exibição do documentário da TV Brasil. A exibição foi dividida em duas partes. Participaram do primeiro encontro, em julho, três donas de casa, duas estudantes e três agricultores. Na segunda reunião comunitária, em agosto, estavam presentes três donas de casa, três agricultores, uma professora aposentada e duas estudantes. No primeiro encontro oficial foi servido até lanche (bolo e refrigerante), no final da conversa. Vale ressaltar que o contato com os assentados da colônia começou

exatamente no dia 9 de dezembro de 2017, na casa do casal Livramento e Leocadia, um dos mais antigos moradores. Todos se mostraram interessados em contribuir com o estudo, o que facilitou as entrevistas.



The image shows the cover of an informational brochure titled "A VOZ DA COLÔNIA". At the top, it says "INFORMATIVO" in small letters. The title "A VOZ DA COLÔNIA" is in large, bold, green and white letters. To the left is a logo for NAEA 45 ANOS. To the right is a coat of arms. Below the title, a green bar contains the text: "ANO 1 EDIÇÃO 1 | Iniciativa para a realização de pesquisa científica na Colônia Agrícola do Bacuri, em Barcarena, Pará | AGOSTO DE 2018". The main image is a photograph of a long, straight dirt road with reddish-brown soil, flanked by lush green vegetation and trees. In the distance, utility poles are visible against a cloudy sky.

Mensagem

Há quase 40 anos, um grupo de famílias que moravam na Vila do Conde, município de Barcarena, no Pará, foi deslocado de suas terras para uma comunidade agrícola conhecida como CDI. O deslocamento compulsório fez parte do processo de implantação do projeto Albras/Alunorte, que reconfigurou o espaço territorial barcarenense e mudou a vida de milhares de pessoas.

A Colônia Agrícola do Bacuri, um CDI, foi criada inicialmente para 82 famílias, as primeiras remanejadas do Conde. Esses pioneiros enfrentaram problemas que foram da escassez de água potável até a falta de luz elétrica. Hoje, hipoteticamente, os desafios aumentaram e os moradores se queixam da falta de apoio de órgãos governamentais.

Outra questão na colônia é a ausência de recursos tecnológicos para a prática de uma comunicação democrática. Aqui cabe a pergunta-problema: É possível diminuir a brecha entre 'info-pobres' e 'info-ricos' na região, democratizando o uso das novas tecnologias de informação e comunicação? Ou só servirão estas para aumentar a pobreza, a desigualdade e a exclusão social?

Para envolver a comunidade no processo de reconhecimento da realidade, esta pesquisa pretende, entre outras coisas, co-produzir um vídeo documentário para mostrar os problemas existentes na referida colônia agrícola e o protagonismo dos moradores na busca de soluções. O desafio será conseguir mobilizar as famílias que, há anos, reclamam do abandono pelo poder público.

A VOZ DA COLÔNIA é uma iniciativa do estudante Evandro Santos, pós-graduando do Curso de Especialização em Comunicação Científica na Amazônia Fipam/Naea (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos), sob a orientação da prof^{da}. Dr^a. Rosa Acevedo..

Figura 1 - Informativo foi resultado da 1ª reunião na Colônia Agrícola do Bacuri, em Barcarena-PA

DIREITO À COMUNICAÇÃO NA COLÔNIA AGRÍCOLA DO BACURI: MORADORES RELATAM DIFICULDADES

Como parte da pesquisa sobre a realidade social dos moradores da colônia agrícola do Bacuri (ou CDI), em Barcarena-PA, foi iniciada em agosto de 2018 uma sequência de encontros para discutir o direito à comunicação e implementar ações que deem visibilidade à comunidade.

A co-produção de um vídeo faz parte da ação que envolve os jovens da colônia. Eles próprios já fizeram entrevistas com moradores do lugar, para entender a realidade e mostrar a atual situação dos assentados deslocados para a área após a chegada do projeto Albras/Alunorte a Barcarena nos anos 1980.

Uma creche mantida pela prefeitura e uma escola estadual são os únicos equipamentos públicos existentes na comunidade. O posto de saúde foi fechado. Não há praça na colônia, mas tem o igarapé Bacuri, onde os moradores, e até gente de fora, encontram diversão e lazer.



Deslocados para a colônia do Bacuri, famílias aguardam o "progresso" prometido no passado



No igarapé Bacuri, usado para o lazer, ainda tem peixe, mas não muito, dizem os moradores



Igreja onde os católicos da colônia se reúnem aos domingos

A VOZ DA COLÔNIA é uma iniciativa do estudante Evandro Santos, pós-graduando do Curso de Especialização em Comunicação Científica na Amazônia Fipam/Naea (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos), sob a orientação da prof^a. Dr^a. Rosa Acevedo.

Texto: Evandro Santos
Fotos: Cláudio Oliveira
Diagramação: Fabrício Reis

A leitura da VOZ DA COLÔNIA fez o grupo de jovens entender que era importante continuar o processo de comunicação, a partir da elaboração de outros produtos para divulgar a comunidade. Conforme observou ACSELRAD (2017), citando Hannah Arendt, ser privado de liberdade de expressão e seus meios de discussão significa “ser privado da realidade”. No encontro com a juventude da CDI, percebeu-se o desconhecimento sobre a história do lugar onde se vive e as dificuldades para assumir um protagonismo frente às novas tecnologias da comunicação, uma vez que elas podem ser ferramentas importantes na construção de cidadania e da democracia. Sobre isso, ACSELRAD (2017) refletiu que “nenhuma democracia é efetiva quando os indicadores de desigualdade de um país são tão grandes”. A iniciativa de mostrar as transformações ocorridas na colônia através de um vídeo foi consenso entre os jovens. Eles concordaram em criar um grupo no whatsapp, com o nome “Vídeo da CDI”, para trocar ideias sobre a co-produção. A troca de mensagens começou no mesmo dia, horas depois do encontro presencial. Mas a comunicação não foi frequente nem fácil, uma vez que o sinal das operadoras de celular na área é fraco, quase inexistente.

Quadro 2 – participantes da reunião para falar sobre produção de vídeo

Nome	Profissão
Anorlany Silva	Estudante
Brenda Azevedo	Estudante
Elisane Amaral	Estudante
Adriane Azevedo	Estudante
Adriel Azevedo	Estudante
Claudio Oliveira	Fotógrafo e cinegrafista

Com a ajuda do fotógrafo e cinegrafista Cláudio Oliveira, morador de Barcarena e voluntário da pesquisa de campo, foi possível mostrar aos jovens as técnicas de manuseio para a captura de imagens com o aparelho celular. O objetivo era demonstrar as melhores formas de enquadramento na câmera do celular e falar a eles sobre a importância do registro audiovisual como meio para democratizar a comunicação, já que os mesmos passariam a ser entrevistadores na comunidade. Os jovens moradores se encarregaram de procurar os mais velhos para gravar as entrevistas. Assumiram o papel de entrevistadoras as estudantes Brenda Azevedo, Elisane Amaral e Anorlany Silva. Elas se revezaram no trabalho para fazer a gravação e questionar os entrevistados. Uma semana depois da instrução sobre o manuseio do celular nas filmagens, as

jovens iniciaram as gravações com um roteiro que incluía os seguintes questionamentos: como foi que tudo começou aqui na CDI? Como era aqui? O que existia aqui? Você queria vim pra cá? Por que você veio? Foi difícil começar a morar aqui, por que? O que falta pra melhorar? Os resultados desse processo coletivo de elaboração do audiovisual foram as lembranças ou reconstrução da memória dos primeiros moradores do assentamento e o relato dos mais jovens que compartilharam seus anseios e angústias vividos na comunidade.

O vídeo ‘Colônia Agrícola do Bacuri, em Barcarena – Vida e Comunicação’, coproduzido por jovens da comunidade, apresenta em 12 minutos o que é a colônia CDI, a história do assentamento, quem mora no lugar e quais são seus problemas, a partir de oito entrevistas, quatro delas feitas por três estudantes da própria localidade, por meio de aparelho celular. Algumas imagens gerais que aparecem no material audiovisual foram capturadas com equipamento profissional, com o auxílio de um colaborador voluntário de Barcarena. O pesquisador também usou o celular pessoal para capturar imagens em movimento da comunidade. Uma sequência de imagens e de falas dos moradores veteranos abriu o vídeo: “A gente chegou pra cá, a gente encontrou, essa área aqui era só mata mesmo, não tinha nada de plantação, nada, era só a casa e a mata mesmo”, contou o agricultor Nicolau. Dona Deusa veio em seguida: “Tinha peixe, tinha caça, tinha tudo pra gente comer. E pra cá, quando nós chegemo? Aqui nós não tinha roça, nós não conhecia ninguém, e tiraram nós de lá, viemo de lá sem nada. Levaram trator, levou tudo, mandioca, tudo, acabou com tudo.” Aos 93 anos, dona Dulcelina lembrou: “Eu senti falta do meu terreno lá, mas o que podia fazer? Era ficar aqui mesmo.” Seu Ubaldo completou: “Nós viemos pra cá por causa da proposta que eles faziam com nós, a CDI, né?, que era sobre a poluição de lá, que Conde, ia atingir lá, né? Aí onde era a gente não ia poder ficar lá porque ia dar muito problema pra gente, né? Aí, se quisesse ficar pra lá, eles não eram responsáveis, se nós viesse pra cá eles iam ser sempre responsáveis por nós”.

A pergunta-problema da pesquisa aparece, em seguida, no vídeo em um fundo escuro: “É possível diminuir a brecha entre info-pobres e info-ricos na região, democratizando o uso das novas tecnologias de informação e comunicação?” Deste ponto em diante duas jovens, Elisane e Anorlany, e o pesquisador, se revezam na apresentação dos espaços da comunidade. A colônia CDI hoje tem o triplo do número de famílias existentes no começo dos anos 1980. A terceira geração ainda enfrenta situações antigas como a falta de infraestrutura. O pesquisador Marcel Hazeu escreveu em sua tese de doutorado que os habitantes de Barcarena nunca imaginaram que sua realidade seria transformada radicalmente pela implantação de um grande projeto em seu território. E a colônia CDI é parte do território barcarenense que foi

reconfigurado após a chegada do projeto Albrás/Alunorte. O empreendimento obrigou um deslocamento forçado de famílias moradoras de sítios localizados em Vila do Conde para áreas distantes e isoladas. A CDI fica a 5 km da sede do município de Barcarena e foi criada pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará – CDI (hoje Codec, ligada ao governo do Pará) – para assentar os remanejados.

Após quase 40 anos de assentamento, os antigos moradores relembram o passado difícil e os problemas atuais: “Foi difícil, sim. Se não trabalhasse mesmo pra um e pra outro pra poder sobreviver, nós tinha desistido daqui”, disse o agricultor Ubaldo dos Anjos. Para ele, a indenização que recebeu pelo terreno da Vila do Conde foi insuficiente e não rendeu muito. “O dinheiro foi pouco”, disse ele. Já dona Deusa recordou os primeiros anos difíceis na colônia. “Eu penei aqui cinco anos carregando água”, contou. “Por que que eu carregava água? Porque não tinha poço. Eles enganaram que fizeram poço, mas o poço secou”, lembrou Deusa. Seu Nicolau disse que muitos moradores do Conde remanejados para a CDI não aguentaram viver no lugar e acabaram vendendo o terreno e foram embora. “Já pensou o camarada não ter nada pra comer?”, perguntou ele. Outra voz ouvida pelos jovens foi a de uma das moradoras mais velhas da comunidade, dona Dulcelina, de 93 anos. “Nós não podia ficar lá por causa do alumínio que tinha lá no nosso terreno”. Alumínio, na fala de Dulcelina, leia-se projeto Albras/Alunorte.

Em quase 40 anos de história, enquanto o Brasil deu um salto em tecnologia, com o advento da internet e da comunicação por meio de redes sociais, os moradores da CDI tiveram poucos avanços e praticamente permaneceram calados, escondidos e esquecidos. O sonho da vida nova, prometida pelos empreendedores que se instalaram em Barcarena, não foi realizado. A infraestrutura ainda é precária para todos. “Tu vê como está essa rua aí, tudo esburacada”, disse Deusa. “Eles podiam ao menos olhar pra preparar essa rua pra nós”, completou Ubaldo. “Está tipo um abandono mesmo”. A jovem Elisane volta a aparecer no vídeo com a seguinte informação: “O posto de saúde foi fechado e agora os moradores são atendidos em outra comunidade mais longe daqui”. Na sequência, informa Anorlany: “Essa é a escola mais antiga da comunidade. Ela pertence ao estado e precisa de uma reforma.” As apresentadoras da CDI também falaram do funcionamento da creche. São apenas esses os únicos equipamentos públicos na área. Dona Mita não poupou críticas: “O posto (de saúde) nosso já tomaram, ninguém tem posto, o colégio do estado não presta. Não fazem caso, né?” Seu Nicolau endossa as queixas: “A iluminação (pública) está pela metade, não foi concluída ainda”. De fato, a queda de energia na colônia CDI é frequente.

As famílias que foram obrigadas a deixar suas terras no Conde viviam do extrativismo e da pesca. Com a mudança para o assentamento criado pela CDI, a maioria se transformou em agricultores. Essa mudança implicou numa longa adaptação não alcançada por todos. Além do mais, faltou assistência técnica permanente para orientar os colonos no cultivo de suas hortas. Uma parte da produção agrícola fica para o consumo interno, a outra vai para as feiras de Barcarena. “Na parte da assistência técnica, aqui mesmo de Barcarena, durante eu trabalhar esses ano todo aí, nunca a gente recebeu uma assistência técnica dos órgãos da prefeitura”, informou seu Nicolau. Os colonos cultivam frutas, como açaí, mamão, limão, manga e banana, plantam macaxeira, e hortaliças como cheiro verde, cebolinha e pimenta. A produção é vendida dia de quarta e sábado na Feira do Produtor Rural de Barcarena e na feira da Vila dos Cabanos. Do trabalho para o lazer, a CDI tem pelo menos duas opções de diversão, o igarapé Bacuri e o campo de futebol onde os moradores, sobretudo os jovens, se encontram uma vez por semana. “Felizmente, melhorou muita coisa, mas tem muita coisa para melhorar ainda”, disse o morador Sandro Alves. Já Dailson Menezes, comentou que o campo de futebol é, praticamente a única diversão da comunidade.

O vídeo mostra ainda que a comunicação social é um desafio para quem vive na CDI, seja pela organização do grupo, seja pela falta de recursos tecnológicos para democratizar o uso dos meios de informação. “Foi a primeira vez que foi feito um vídeo sobre a CDI. Conhecer a história dos moradores daqui foi bem interessante porque muitos a gente não conhecia, e também da gente saber como foi deles virem pra cá”, disse a estudante Brenda Azevedo. Ela foi uma das colaboradoras da produção do audiovisual. Ao final, uma questão ficou em aberto: o que fazer para mudar essa realidade?

O uso das novas tecnologias pode ajudar na garantia do direito à uma comunicação mais democrática? Ou as novas tecnologias só servirão para aumentar a pobreza, a desigualdade e a exclusão social? Brenda arriscou um palpite: “Nessa geração agora, a maioria já tem celular, já sabe o que é, já se comunica, mas os mais antigos já não têm nem querem saber como é.” E as novas tecnologias podem ajudar a CDI a sair do isolamento? “Com certeza, porque assim a gente não fica só aqui dentro, né? Sem ficar longe das coisa”, opinou Brenda. Já dona Nilma Santana, fez a seguinte consideração: “Falta unirmos, enquanto comunidade, falta a gente se dar as mãos, dialogar, escutar um ou outro, pra que a gente possa ir em busca desses projetos pra nossa comunidade.”

4 – EFEITOS DA COMUNICAÇÃO E PERSPECTIVAS DE AÇÃO

Comunicação é o compartilhamento de significado por meio da troca de informação (CASTELLS, 2015) e tal significado só pode ser compreendido no contexto das relações sociais. O avanço tecnológico do mundo contemporâneo nos permitiu ampliar nosso poder comunicativo para além de nosso meio, encurtando distâncias, atravessando mares e continentes, conectando as pessoas em redes, derrubando barreiras antes intransponíveis. No entanto, existe uma relação excludente nesse processo que deixa ainda muitas pessoas desprovidas dos recursos técnicos-informacionais. A internet, por exemplo, não é acessível para todos. Há um abismo entre info-pobres e info-ricos que aumenta a exclusão e a desigualdade. Movimentos que lutam em defesa de uma comunicação mais democrática são luzes nesse caminho e podem nos ajudar a elaborar experiências capazes de despertar nas pessoas (sobretudo nos desprovidos da tecnologia) o interesse pelo desenvolvimento social por meio da comunicação.

A pesquisa realizada com os moradores da CDI e o lançamento de produtos de informação/comunicação, como resultado do trabalho coletivo envolvendo os jovens, sinaliza para uma prática estimulante no campo do uso das tecnologias. O celular, por exemplo, passa a ser o aliado na busca por informação sobre a vida da colônia agrícola. Mais do que isso, a conectividade viabilizada pelo telefone móvel pode ser uma ferramenta de ação. Afinal, conectar-se é agir, como explica WOLTON (2005):

Poder entrar em contato, informar-se, aprender, interagir são, de fato, formas de ação na sociedade contemporânea. Estamos ao mesmo tempo livres e conectados, móveis e ligados. Essas duas maneiras de ser, aparentemente contraditórias, têm a mesma importância: a liberdade e a relação. Quer-se poder escolher, ou não, conectar-se. Tal como essa publicidade que é importante, porque fala de conectar-se: “Tenho vontade de conectar-me com todos os lugares. E você, o que desejaria fazer com o seu PC? Conectar-se sem fio passa a ser o horizonte da liberdade. Mas para fazer o que? Para dialogar! É aqui que encontramos através da conexão, mais além da moda e do efeito de geração, o ideal normativo da comunicação. Estar ligado é estar junto. Aliás, quando os jovens e os menos jovens falam das suas relações afetivas, não dizem: “estamos juntos” ou “não estamos mais juntos”? “Junto” ou “conectado” parecem ser as palavras de ordem de uma sociedade individual de massa.

No dia 2 de dezembro de 2018, quatro famílias assistiram ao vídeo co-produzido na comunidade. Foi um momento para perceber a reação das pessoas diante da realidade apresentada, conhecer novos pontos de vistas e descobrir elementos da comunicação que podem contribuir para desenvolvimento social dos moradores, uma vez que eles não tinham vivenciado ainda a experiência de olhar a si próprios em um documentário feito com a colaboração de jovens moradores da localidade.



À esquerda, família de seu Florêncio. Abaixo, o casal Edna e Denilson.



Acima, à esquerda, o casal Inácio e Mita. À esquerda, seu Livramento e Leocádia.

As imagens da comunidade, a identificação dos problemas estruturais, o relato dos moradores e a presença da neta no vídeo como contadora da própria história deixou dona Fátima emocionada. Foi como um filme em que os personagens vivem situações de incertezas, preocupações, angústias e também alegrias:

A gente revê uma coisa que nós passamos. E vê uma coisa diferente e mais bonita, mas mesmo assim as coisas que nós tivemos aqui se acabando, como a escola. Eu pergunto, assim, por que? Será falta nossa? Será falta de que? Eu revendo o passado, de coisas que eu passei na comunidade com as minhas crianças: comendo lagarto, comendo passarinho, comendo cabeça de boi, que era o que a gente arrumava. E agora, assim, ver minha neta falando, quer dizer, cresceu mais, minhas filhas progrediram em várias coisas...e ver o passado me dói. Me dói por que? A gente vinha pra cá, como ela falou (no vídeo), a água não foi cinco anos, foi mais, foi onze anos de caminhada de água nós tivemos, nossa cabeça, costa, ombro, carregando água pra cá. Chegamos não tinha um pé de árvore (frutífera) e como a gente ia viver, a gente pensava. E o que fazer? Aí, foi, fomos crescendo com o estudo dos meninos, foi melhorando um pouco.

Melhorou? Melhorou. Viemos de lá, passamos esses seis anos aqui sem nada... Melhorou, tinha uma escola, tinha posto, tinha um apoio durante cinco anos, mas o apoio provisório, terminou os cinco anos foram embora. E nós o que sabia fazer? Sabia plantar, ele (o marido) sabia pescar. Então hoje pra gente ver crescer, como crescer com a tecnologia, então, pra mim, eu fico muito alegre, mas eu vou ficar mais alegre quando eu ver a escola pronta, quando eu ver as crianças estudando, brincando, usando a bicicleta deles e não ter ninguém pra tirar deles... Então, tudo isso, uma parte me alegrou, por ver o início que falaram aqui o que nós passamos, e passamos essas necessidades. (...) Pra mim é uma alegria, eu não chorei de tristeza, chorei de ver o meu passado e agora ver a minha neta (Elisane), dando uma entrevista, fazendo uma entrevista, então pra mim foi uma alegria muito grande (Barcarena, dezembro de 2018).

Na casa do Sr. Denilson e da Sr^a. Edna, houve um momento de silêncio após a apresentação do vídeo. A esposa deixou que o marido começasse a falar:

O vídeo mostra um pouco das coisas que passamos, os nossos pais e a atual realidade; mostrou o que foram prometido e que não foram cumpridos com a CDI. Eu acho importante é isso, que nesse vídeo, nós possamos também, como a Nilma falou (no vídeo), se unir mais para buscar melhorias pra comunidade, por meio da associação, centro comunitário, líder comunitário, para melhorar a parte da CDI. Acho que com o vídeo, serve de alerta para que possamos se mais escutados, levando mais as reivindicações para o município, porque a gente vê que muitas coisas aqui não vai, não funciona. Tá faltando alguma coisa, tá até desanimado, às vezes, na gente pelo trabalho. Tudo o que se traz aqui não funciona.

Em seguida, foi a vez de Edna manifestar opinião sobre o audiovisual. Para ele, o tipo de comunicação pode funcionar na colônia:

É um instrumento muito bom de comunicação. Tô sentindo com esse projeto algo no futuro muito bom para nós. Tipo, dando um ânimo pra gente, pra nós moradores da CDI. Aquela vontade, pelo menos eu tô sentindo isso, de correr atrás, de buscar melhoria, de se organizar, de formar associações, de se dar as mãos, católico, evangélico, enfim, todos que moram aqui. Porque a CDI mesmo tem esse problema: o evangélico puxa pra lado, o católico puxa pro outro, aí nunca se dão das mãos. A gente não consegue se unir pra buscar. Então é essa dificuldade nossa, de buscar. Eu pelo menos estou com uma ideia de fazer uma associação de mulheres, porque eu sei que tem muitas mulheres aqui que sabem muita coisa. A gente tem que se reunir, se juntar, que a gente fica forte.

Na casa de Inácio e Mita, o vídeo foi assistido com sorrisos no rosto, alegria e emoção. Ela foi uma das entrevistadas pelos jovens da comunidade e manifestou muita satisfação pelo que viu:

Gostei. Achei bonito, muito bonito. Parece que vai dar uma ajuda mais ou menos (à comunidade). A gente não vai contar com aquilo que a gente quer, porque já estamos tantos anos aqui desse jeito. Talvez eles (as autoridades) olhem. Porque tem vereador que nem olha pra gente. Teve um que ganhou aqui na nossa comunidade, mas quede que vem, não vem.

Por último, o vídeo foi visto na casa do Sr. Livramento e da Sr^a. Leocádia. O casal foi um dos pioneiros na CDI, chegando à colônia em 1982. Dona Leocádia opinou primeiro:

Tá ótimo. Achei muito bonito. O que a comadre Deusa (no vídeo) falou foi muito certo, quando nós chegamos pra cá não tinha nada. Apenas a nossa casinha aqui é o restante tudo era mato. Cansamos de lavar roupa lá onde ela falou que ia carregar água. Essa minha filha aqui cansou de lavar roupa pra lá. Esse (o marido) cansou de carregar água de lá pra cá. O que ela falou era a realidade mesmo.

O Sr. Livramento, complementou a fala da esposa com a seguinte colocação:

Olha tem muita coisa aí que eles falaram certo mesmo, tem muita coisa que eu achei muito também errado. Como justamente o senhor falou, como é o nome dele, o Nicolau, o que ele falou tá certo porque o pessoal aqui dentro não tem apoio de nenhuma gente grande, como ele falou, tudo certo, eu concordo, se ele faz uma horta, não vem ninguém da assistência. Quando eles dão a semente, o senhor tá na vantagem, e quando o senhor compra? Ainda vai aventurar, plantar pro senhor colher, mas não tem o principal que é a assistência pra ensinar a plantar, a colher, né? O que ele falou está certo e muitas coisas que faltam melhorar e muito mesmo. Tem uns que dizem que está bom, mas pra mim não tá bom, não. Porque se tivesse bom, essa aqui não passavam quase o dia inteiro naquele posto médico que tem ali. Pra pegar uma consulta, ela sai seis horas da manhã, chega aqui meio dia, às vezes meia hora, e nós tendo um posto ali, tá desativado lá, podendo estar funcionando. Por que que não funciona? Porque a gente não tem uma pessoa pra tá na frente, dando aquele empurrão, nos ajudando, né?

A partir das referências usadas nessa pesquisa, e baseado nas entrevistas feitas na comunidade da Colônia Agrícola do Bacuri, constata-se que o “abandono do Estado” pende para o lado mais fraco da história, isto é, no caso de Barcarena, para os ribeirinhos remanejados de Vila do Conde para o assentamento rural. Afinal, o Estado não abandona as empresas, protegidas em todos os momentos e nas suas exigências. Ocorre aqui uma ação do Estado deliberada para negligenciar, discriminar os povos e comunidades tradicionais, enquanto realiza uma elevada proteção às empresas. Aliás, o jogo do Estado é para silenciar os primeiros nas suas reivindicações e favorecer empresas. Nesse jogo, a incomunicação e a desinformação são instrumentos que visam a redução da capacidade mobilizatória, reivindicativa e o ativismo de agentes sociais face as instancias do governo municipal e das empresas que tem sido provocadoras de danos sociais e ambientais.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de produzir informação na colônia agrícola do Bacuri, em Barcarena (PA), releva que a comunicação não é um ato banal. Ao contrário, como escreveu Wolton, ela faz pensar. Pelas relações sociais é possível construir ou reconstruir espaços democráticos e de cidadania, espaços de luta por melhorias individuais e coletivas. A produção de um informativo impresso e um vídeo co-produzido por jovens da comunidade identificou potencialidades, engajamento, compromisso e vontade de fazer política por meio da comunicação.

A comunicação é um campo a ser explorado, com possibilidade de elevar o nível de compreensão das pessoas e qualificar suas relações. Nesse sentido, é preciso coabitar, como afirmou Wolton. Pagar o preço por um mundo menor, atravessado por técnicas sofisticadas, individualizadas, interativas, personalizadas. Comunicar é descobrir o incomunicável, a alteridade radical e a obrigação de organizar a coabitação (WOLTON, 2006, p. 220).

A vida na comunidade agrícola da CDI segue em ritmo lento, como uma canoa a remo. A organização socioespacial, nota-se, é preciso ser compreendida pelos próprios moradores como sendo parte importante do processo de formação da colônia, nos seus aspectos socioeconômicos e na luta por melhorias infraestruturais.

Divulgar a ciência, cuja função primordial é democratizar o acesso ao conhecimento científico e contribuir para incluir as pessoas no debate sobre temas especializados e que podem impactar na vida e no trabalho delas, é o caminho para a construção de cidadania e consolidação de processos democráticos. Em comunidades como a Colônia Agrícola da CDI, onde não há recursos tecnológicos iguais aos dos centros urbanos, a divulgação do conhecimento, por meio de uma linguagem acessível e bem interpretada ao público, pode ser motivação para que os moradores busquem novos caminhos ao desenvolvimento socioeconômico. Tal comunicação asseguraria ainda melhor relação entre as pessoas e visibilidade social da colônia na comunidade de Barcarena.

Referências Bibliográficas

- ACEVEDO MARIN, Rosa; OLIVEIRA ACEVEDO, Ruben Bentes. Danos sociais e ambientais pela exploração mineral em Barcarena. In, ACEVEDO MARIN, Rosa; NOVAES, Jurandir (Orgs.). Povos tradicionais em colisão com estratégias empresariais no Pará e Maranhão. UEA edições, 2015.
- ACSELRAD, Henri. O lugar e as possibilidades da política: sentidos da cartografia social. Coleção Aulas Inaugurais. P. 17, 21, 27. PNCISA, 2017
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras Tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 6, n. 1, ANPUR, maio 2004.
- BARCARENA cidade contaminada. Caminhos da Reportagem. TV Brasil, São Paulo, maio, 2018
- BUENO, W. da Costa. *Comunicação Científica e Divulgação Científica: aproximações e rupturas conceituais*. Londrina 2010 v 15, n esp. P. 1-12
- CASTELLS, Manuel. O poder da comunicação. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. São Paulo, Ed. Paz e Terra Ltda, 2015.
- CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. Artigo. Cad. CRH. 2012, vol. 25, n. 64, pp. 45-62
- HAZEU, Marcel Theodoor. **O não-lugar do outro: sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena**. 337f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2015.
- MAIA, Rosane Oliveira. Complexo de mineração em Barcarena e a violência e estado contra as comunidades tradicionais. In, ACEVEDO MARIN, Rosa; NOVAES, Jurandir (Orgs.). Povos tradicionais em colisão com estratégias empresariais no Pará e Maranhão. UEA edições, 2015.
- MAIA, Rosane de Oliveira Martins. **Territorialidades Específicas em Barcarena confrontadas com projetos de “desenvolvimento”**. 322f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2017.
- SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 2008, p 34.
- TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. Repercussões Sócioeconômicas do Complexo Industrial ALBRÁS/ALUNORTE em sua área de influência. Belém: IDESP, 1991.

WOLTON, Dominique. É preciso salvar a comunicação. São Paulo, ed. Paulus, 2006.

AGRADECIMENTOS

Aos participantes das reuniões comunitárias ocorridas em julho e agosto de 2018 na colônia agrícola do Bacuri, em Barcarena (Pará), onde foi realizada pesquisa de campo: Arlete Brabo Pereira, Ângela Pereira Silva, Brenda Nathália B. Avezedo, Elizangela da Silva Coelho, Oraci França Malcher, Nicolau dos Anjos Pereira, Elany Ferreira dos Santos, Manoel Assunção dos Anjos, Anorlany dos Anjos Silva, Tays Mendes Ribeiro, Keyla Pereira Silva, Roseane dos Santos Lima, Edna Santana e Denilson Santana.